

O elo mais fraco

A EQUAÇÃO das finanças públicas está cedendo no elo mais fraco: os doentes.

PARA não deixar de pagar aos aposentados, a Previdência Social retém verbas que costuma repassar ao Sistema Único de Saúde (SUS) — algo como 15% do orçamento previdenciário. A dívida do SUS com a rede conveniada em todo o país chegou a Cr\$ 9 trilhões em março (US\$ 200 milhões), subindo a Cr\$ 21 trilhões quando se somam as faturas cobradas até agora. No Rio, clínicas conveniadas ameaçam deixar de atender a uma parcela de doentes renais crônicos, dado o alto custo das sessões de hemodiálise.

DIANTE desse quadro, os hospitais públicos nem precisam declarar-se em greve: eles pararam aos poucos, por falta de material para o atendimento.

ASSIM se fecha o ciclo das finanças públicas brasileiras: nas salas de espera (lotadas) dos hospitais. O declínio dos níveis de atendimento cresce a olhos vistos — e o Estado do Rio, para variar, tem sido dos mais castigados.

O SUS foi imaginado para aproveitar ao máximo os recursos destinados à saúde. Partia dos princípios mais corretos, co-

mo a necessidade de evitar superposições e desperdícios — não havendo, realmente, nenhum sentido em que o atendimento médico-hospitalar fique fracionado em esferas federais, estaduais ou municipais.

O ESTADO do Rio, entretanto, já entra nesta briga com uma desvantagem: a desorganização do Governo estadual. Há meses que se fala no desencontro de contas da Secretaria de Saúde, acumulando-se acusações referentes a compras superfaturadas. Como é de praxe, pouco se apura e nada se esclarece. Por causa disso, já vinha fortemente prejudicado o índice de entrosamento necessário à aplicação correta do sistema.

SOBRE esse quadro caótico é que pousa, agora, a realidade de um estrangulamento de verbas a partir do plano federal. Pacientes de classes média ou alta têm os seus problemas minorados pelo recurso a planos de saúde, pessoais ou de empresa. O que pode fazer quem não tem esses recursos, a não ser agonizar nas filas de espera dos hospitais? E mesmo para quem não chega a ser pobre, o que fazer diante de tratamentos como a hemodiálise, que ultrapassam as possibilidades de desembolso de uma família de classe média?

O MINISTRO da Fazenda, justamente alarmado com o estado de desencontro nos números das finanças públicas, talvez possa usar essa última emergência como forma de levar a sociedade brasileira — e sobretudo a classe política — a uma meditação definitiva sobre esse problema.

TEMOS vivido de ficções — e não há maior ficção do que o atual orçamento da República. Persiste, da maneira mais anacrônica e irritante, a impressão ou o desejo de que o Estado é capaz, por si mesmo, de criar recursos; de que se pode fazer malabarismos orçamentários que, no fim das contas, tudo dará certo.

A FICÇÃO vai sendo agora desmentida pelo caminho mais cruel. A educação pública já está em colapso há muito tempo; mas os alunos fora das salas de aula, ou submetidos a professores desmotivados e despreparados, não gritam nem sussuram como os doentes abandonados à própria sorte.

É UM bom momento para rever definitivamente a questão da definição do Estado brasileiro — que ainda perde dinheiro de maneira criminosa com estatais inviáveis, enquanto obrigações intransferíveis como educação e saúde ficam ao sabor de manobras políticas e ficções orçamentárias.